

A ADESÃO DA CULTURA HISTORIOGRÁFICA BRASILEIRA AO PENSAMENTO CIVILIZADOR NO SÉCULO XIX E A CONSTRUÇÃO DA MEMÓRIA APÓS A INDEPENDÊNCIA. Sérgio Campos Gonçalves, Jurandir Malerba. – História – Departamento de História – Faculdade de História, Direito e Serviço Social – Campus de Franca.

É vasta a bibliografia sobre a historiografia do século XIX que trata da construção da História nacional, em seus vários aspectos, articulando a idéia de progresso e de identidade e o cientificismo em função da legitimação da ordem interna e da construção da Nação e do Estado brasileiros e de sua memória. No entanto, mesmo que o exílio da corte em 1808 marque o fim da administração colonial e a inserção oficial do Brasil rumo ao *progresso* de um processo civilizador de molde europeu, falta o estudo que investigue como o cientificismo da época, e em especial a cultura historiográfica, colaborou para o projeto *civilização* no Brasil como um artifício legitimador da elite letrada. Assim, em vista de preencher reconhecida lacuna, esta pesquisa estuda a adesão da cultura historiográfica brasileira do século XIX ao pensamento europeu-civilizador e a construção da memória que elaborou o passado nacional após a Independência.

Em princípio, o processo civilizador ocidentalizante está assegurado na idéia da superioridade axiomática das nações européias, a qual está profundamente enraizada na auto-imagem das nações que lideraram a industrialização. Conforme mostra Norbert Elias (1994, 229), a partir disso se formulou e fortaleceu a idéia de que a preeminência do branco europeu era manifestação da eterna missão concedida por Deus ou pelo destino histórico. Tal idéia foi difundida desde a colonização e, entretanto, mesmo quando as colônias tornaram-se nações politicamente independentes, a nova elite nacional continuou internamente a configuração de poder representada em uma sociedade de corte que previa a diferenciação hierárquica dos indivíduos através dos mesmos parâmetros de valores que serviram à ideologia colonizadora.

Mesmo em nossos dias, no Brasil, não é raro notar no discurso de certa vertente culta idéias de fundo colonizador. Frequentemente, a cultura erudita interpreta o popular através de um olhar antropológico que lembra os cronistas e catequistas estrangeiros dos séculos de colonização portuguesa. O resultado é que, além de acentuar as barreiras de classe e de cor, essa visão elitista despreza o popular, caracterizando-o como culpado pelo atraso brasileiro. O fundo histórico da assimilação desse pensamento colonizador exige um esforço de compreensão.

O pioneirismo europeu coloriu de conteúdos ideológicos os processos de difusão da tecnologia da Revolução Industrial. Dessa maneira, tanto o desenvolvimento mercantil e capitalista como o imperialismo industrial revestiram-se de uma aura *européia ocidental e cristã*, como se os atributos da modernidade e do progresso fossem provas do conteúdo fundamental da superioridade inata do homem branco¹. Durante o período colonial, a cultura erudita insinua uma visão *de fora para dentro* em que o modelo para o desenvolvimento brasileiro seria o da civilização à européia. Entretanto, mesmo a partir da Independência, quando a cultura erudita muda o tom e tende a exaltar o nativo, usando seus mitos e imagens para introjetar a noção de uma identidade nacional e uma ideologia conservadora, tanto o tipo ideal de comportamento individual quanto o modelo de nação a ser perseguido giram em função do mesmo projeto civilizador-progressista². Ou seja, ainda que o poder político estivesse oficialmente em serviço pelos interesses locais, o ideal civilizatório figurou-se como um projeto interno que continuava em pauta sob o mesmo molde da moderna e progressista cultura ocidental européia.

Assim, o processo civilizatório foi dividido em etapas a partir da hierarquização de estágios de progresso das sociedades. Em decorrência disso, a busca pela civilização através do progresso criou uma ânsia por modernização. Então, como destaca José Carlos Reis (2003, p. 15-66), além de *civilização* tornar-se o processo fundamental da história do Ocidente, o conceito esteve ao fundo de diversas teorias e filosofias da história. Desse modo, a ciência desenvolveu e adaptou teorias, como a do evolucionismo das sociedades e dos homens – que Todorov (1993, p. 107-141) nomeou de doutrinas racialistas –, com o intuito de explicar e justificar a hierarquia entre as nações e dentro delas.

¹ RIBEIRO, 1972, p. 214-215.

² MALERBA, 2000, p. 331-332.

A integração do Brasil na cultura científica universal se efetivou nesse contexto em que a ciência se caracterizou pela sua função de disciplinar, executar e materializar as idéias do Iluminismo e da civilização ocidental por meio da produção do saber e do Estado³. O nascimento da comunidade científica do Brasil esteve envolvido nesse processo. Aqui, a ciência procurou caminhos que não ameaçassem a ordem que se queria constituir; buscou a nação com identidade própria, a liberdade política e intelectual da sua antiga metrópole, posto que se representasse simultaneamente como sua continuidade⁴. O período joanino marca a chegada “oficial” e a aceleração do processo civilizador no Brasil.

O surgimento do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro em 1838 esteve imerso no que Eric Hobsbawm (1996, p. 23) chamou de *drama do progresso*: “maciço, iluminado, seguro de si, satisfeito, mas acima de tudo inevitável”. O ambiente cientificista era o centro daquela ideologia de civilização; e a idéia de progresso, que antes rompera com tradições do Antigo Regime, tornou-se ela mesma uma espécie de tradição moderna do processo civilizatório⁵. E foi sobretudo através das culturas históricas dos Estados modernos ou em modernização, como adverte Astor A. Diehl (2002, p. 22), que a categoria progresso incrustou fundo nas estruturas da psique ocidental, atuando na consciência histórico-coletiva. O resultado foi o desenvolvimento de uma *cultura historiográfica* que buscou controlar o passado e a projetar o futuro com vistas à modernização civilizatória. Tal cultura historiográfica, mecanismo do padrão de construção do passado, como compreende Hobsbawm (1998, p. 22), legitima o presente e, ao mesmo tempo, contribui para a sua transformação. Conforme compreende Lilia Moritz Schwarcz (1993, p. 141), os institutos históricos acomodaram um modelo de explicações que concebia a humanidade “enquanto uma em sua origem e desenvolvimento”, mas que não deixou de usar os argumentos do darwinismo social quando se tratava de justificar as hierarquias sociais consolidadas.

Desse modo, o discurso historiográfico do século XIX atuou e se envolveu profundamente com os preconceitos eurocêntricos e as doutrinas de progresso e do evolucionismo social, repercutindo no senso comum como tradições inventadas, como conceituaram Terence Ranger e Eric Hobsbawm (1987). No século XIX, então compreendida como via linear e progressiva que articula passado, presente e futuro, a História foi o meio explícito e indispensável para forjar a nacionalidade e a identidade do brasileiro. Contudo, provavelmente foi também o meio latente de apologia da noção de *civilização*, visto que o discurso historiográfico foi pragmático e teleológico. Logo, é perfeitamente provável que a historiografia produzida no IHGB tenha articulado e veiculado idéias, ícones e valores em função da realização do projeto idealizado de *civilização*, traduzido em políticas que operaram como e por um processo de colonização interna. Pois a cultura historiográfica brasileira demonstra claramente “uma concepção de história que a aproxima da narrativa e da junção entre os elementos do meio e raça como explicativos da evolução dos povos”⁶.

A historiografia brasileira do século XIX, assim, pode ser identificada com as idéias que norteavam as políticas civilizadoras. Com propriedade, Maurice Halbwachs (1990, p. 53-89) confirmou que a construção e a transmissão da memória se tornam possíveis dentro das condições sociais e dos anseios do presente, ou seja, a escrita da história é um processo de rememoração em que a memória é um espaço de lutas e disputas, do qual o próprio historiador faz parte. Assim, sendo a memória um dado de historicidade em que o presente comanda seu processo de lembrança, é necessário procurar compreender como a construção do passado nacional brasileiro, através da historiografia do século XIX, forjou a memória que deu base para a formação de um pacto social que colaborou, por sua vez, para o projeto *civilização* no Brasil.

Então, nossa intenção é investigar (1) a adesão compulsória e voluntária da história brasileira do século XIX ao pensamento civilizador, e (2) como a construção do passado nacional, através da historiografia, desenvolveu uma memória coletiva que firmou um pacto social em função do projeto de civilização do Brasil. Como objetivo secundário, porém necessário, essa pesquisa também inclui a verificação de duas hipóteses heurísticas: (a) sendo

3 DIEHL, 1998, p. 51.

4 NAXARA, 2000, p. 49.

5 HOBBSBWM, 1996, p. 375-377.

6 NAXARA, 2000, p. 50. Cf. SCHWARCZ, 1993.

o sentido da colonização um processo de civilização aos moldes europeus, depois da vinda da corte e, principalmente, da Independência, esse processo teria se ampliado como uma colonização interna regida pelas altas elites letradas? -; e (b), se a história é um forte vetor de direção da consciência e das políticas do século XIX, o discurso historiográfico do período teria servido como arte consumada de estratégia política para viabilizar o projeto colonizador-civilizador? E no caso de resposta afirmativa, em que medida o IHGB atuou como veículo difusor de signos e valores em prol da civilização?

O corpo das fontes primárias para a nossa investigação constitui uma seleção dentro da produção historiográfica brasileira entre 1808 até o final do século XIX, das quais destacamos as publicações do IHGB e de seus desmembramentos estaduais⁷, com vistas a construir uma tipologia quem permita a fecunda articulação dos fatores *nação*, *identidade* e *progresso*, relacionados com a noção de *civilização*, cuja análise histórica se fará pelo método hipotético dedutivo e pela análise do discurso historiográfico.

Após a seleção e a catalogação das fontes, articularemos comparativamente as obras que participaram da construção da memória coletiva ao seu contexto e ao lugar social de seus autores. Depois, iniciaremos o processo de avaliação crítica e hermenêutica e, a partir disso, através da análise semiótica do discurso científico-historiográfico, (1) verificaremos a adesão da história do Brasil no pensamento civilizador; (2) buscaremos compreender como a historiografia participou da construção da memória que assistiu a idealização da civilização; e (3) investigaremos se a lógica da construção historiográfica do IHGB se remete ao conceito de civilização como um processo de colonização interna.

Portanto, sendo a consciência histórica “o modo pelo qual a relação dinâmica entre a experiência do tempo e intenção no tempo se realiza no processo da vida humana”, é determinante que a operação mental da historiografia articule, no processo da vida prática do homem, “a experiência do tempo com as intenções no tempo e estas com aquelas”⁸. Desse modo, a constituição do sentido da experiência do tempo é um processo de consciência em que as experiências da vida prática são interpretadas conforme as intenções do agir e, assim, a cultura historiográfica está inserida na determinação de sentido do mundo e na auto-interpretação do homem⁹. Desta maneira, dentro de uma perspectiva temporal, a cognoscibilidade do passado é possível a partir do espaço aberto pelo presente; assim, “as condições políticas, econômicas, religiosas, morais, estéticas, convergem para moldar o passado visível”¹⁰.

Perseguiremos, então, o movimento das idéias na conexão com os horizontes de vida de seus emissores. Pois, ao analisamos o IHGB como veículo de comunicação difusor de valores e signos civilizadores (do *progresso* e da *modernidade*), observaremos como, através do processo de comunicação, a posição social dos membros do Instituto se insere e reflete a formação social do Império. Desse modo, o quadro teórico do nosso estudo se fundamenta na teoria semântica, sobretudo na semiótica da filosofia da linguagem; na teoria da comunicação, em especial do modelo frankfurtiano de análise; e na teoria marxista, da qual emprestamos a inter-relação dos conceitos de ideologia, de infra-estrutura e de superestrutura.

⁷ As obras do IHGB e de suas divisões estaduais estão devidamente localizadas no acervo da biblioteca da UNESP, campus de Franca.

⁸ RÜSEN, 2001, p. 58.

⁹ Idem, ibidem, p. 59.

¹⁰ MASTROGREGORI, 2006, p. 75.

Referências Bibliográficas

- DIEHL, Astor Antônio. **A cultura historiográfica brasileira: do IHGB aos anos 1930**. Passo Fundo: Ediupf, 1998.
- _____. **Cultura Historiográfica. Memória, identidade e representação**. Passo Fundo: Ediupf, 2002.
- ELIAS, Norbert. **A sociedade de corte: investigação sobre a sociologia da realeza e da aristocracia de corte**. – Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 2001.
- _____. **O processo civilizador. Uma história dos costumes (vol.1)**. – 2. ed. – Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 1994.
- _____. **O processo civilizador. Formação do Estado e da Civilização (vol.2)**. – Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 1993.
- HALBWACHS, Maurice. **A Memória Coletiva**. São Paulo: Vértice, 1990.
- HOBSBAWM, Eric. “Ciências, Religião e Ideologia” In: **A Era do Capital 1848-1875**. 5. ed. – São Paulo: Paz e Terra, 1996.
- _____. “Certezas Solapadas: as Ciências”, “Razão e Sociedade” In: **A Era dos Impérios 1875-1914**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1988.
- _____. **Sobre História**. – São Paulo: Companhia das Letras, 1998.
- MALERBA, Jurandir. **A Corte no Exílio: civilização e poder no Brasil às vésperas da Independência (1808-1821)**. São Paulo: Companhia das Letras, 2000.
- _____. **Os Brancos da Lei: Liberalismo e escravidão e mentalidade patriarcal no Império do Brasil**. - Maringá: EDUEM, 1994.
- MASTROGREGORI, Massimo. “Historiografia e tradição das lembranças”. In: MALERBA, Jurandir (org.). **A história escrita: teoria e história da historiografia**. – São Paulo: Contexto, 2006.
- NAXARA, Márcia Regina Capelari. **Cientificismo e sensibilidade romântica. Em busca de um sentido explicativo para o Brasil no século XIX**. Brasília, Ed. UNB, 2004.
- _____. “Pensando Origens para o Brasil no Século XIX: História e Literatura”. **História: Questões & Debates**. Curitiba, n. 32, p. 47-64, jan. / jun., 2000.
- RANGER, Terence; HOBSBAWM, Eric. **A invenção das tradições**. São Paulo: Paz e Terra, 1987.
- REIS, José Carlos. **História & Teoria. Historicismo, Modernidade, Temporalidade e Verdade**. - Rio de Janeiro: Editora FGV, 2003.
- RIBEIRO, Darcy. **O Processo Civilizatório**. 2. ed. – Rio de Janeiro: Ed. Civilização Brasileira, 1972.
- RÜSEN, Jörn. **Razão Histórica: teoria da história : fundamentos da ciência histórica**. – Brasília: Editora Universidade de Brasília, 2001.
- SCHWARCZ, Lília Moritz. **As Barbas do Imperador: D. Pedro II, um monarca nos trópicos**. São Paulo: Companhia das Letras, 1998.
- _____. **O Espetáculo das Raças: cientistas, instituições e questão racial no Brasil 1870-1930**. – São Paulo: Companhia das Letras, 1993.
- TODOROV, Tzvetan. **Nós e os Outros**. Rio de Janeiro: Ed. Zahaar, 1993.